

Relatório de Stewardship

2024



Sumário

- 1.** Mensagem da Liderança
- 2.** Quem Somos
- 3.** Manifesto
- 4.** Stewardship
- 5.** Princípio 1
- 6.** Princípio 2
- 7.** Princípio 3
- 8.** Princípio 4
- 9.** Princípio 5
- 10.** Princípio 6
- 11.** Princípio 7
- 12.** Próximos passos



A Régia Capital nasce reforçando nossa ambição de que o mercado de capitais pode desempenhar papel determinante na busca pelo atingimento dos objetivos sustentáveis da ONU. Em cerca de um ano de vida, ultrapassamos R\$8 bilhões em fundos que integram fatores ASG em seu processo de investimento e buscam rentabilizar o capital de nossos investidores ao mesmo tempo que patrocinam empresas e projetos que produzam externalidades positivas para a sociedade.

Para alcançarmos esse objetivo, valorizamos a construção de uma crescente inteligência orientada a mensuração de fatores ASG em nossas investidas, base que suporta a criação de estruturas financeiras inovadoras e uma abordagem de engajamento ativo com as empresas brasileiras para o aprimoramento de práticas corporativas capazes de reduzir os efeitos negativos e ampliar os benefícios para o conjunto de stakeholders envolvido em cada caso.

Essa abordagem parte da ideia de que a Régia Capital, seja por meio de investimento em ações ou em títulos de dívida, tem a responsabilidade de transmitir a suas investidas as melhores práticas associadas a geração de externalidades, sempre utilizando como referência o conhecimento amparado pela ciência e os bons padrões de mercados mais maduros. Ao final do dia, a busca por modelos de negócios equilibrados em termos de benefícios produzidos para seus clientes, credores, acionistas, fornecedores, meio ambiente, entre outros impactados, aumenta as chances de perpetuidade para nossas investidas, ajudando na relação entre retorno e risco ao longo dos ciclos econômicos.

Nesse sentido, temos uma grande satisfação em apresentar o primeiro relatório de *stewardship* da Régia, que resume nossa atuação e esforços para ações de engajamento ativo junto às principais investidas ao longo do último ano".

Alexandre Muller
Diretor Executivo



O *stewardship* tem um papel estratégico no Brasil, especialmente em um momento em que investidores buscam alinhar retornos financeiros com impactos socioambientais positivos. Em um país com desafios e oportunidades únicas, como a preservação da Amazônia, a transição para uma economia de baixo carbono e a redução da desigualdade social, o engajamento ativo com empresas e formuladores de políticas pode gerar impactos concretos na valorização dos ativos e na sustentabilidade dos negócios.

Enquanto a onda anti-ASG nos Estados Unidos tem gerado debates sobre o papel dos investidores na agenda sustentável, o Brasil segue em uma direção distinta. A crescente demanda global por cadeias produtivas mais responsáveis e a necessidade de mitigação de riscos climáticos tornam a adoção de práticas ASG uma vantagem competitiva para empresas e investidores locais. O comprometimento de grandes instituições financeiras e gestoras com essa agenda reforça a tendência de que o *stewardship* no Brasil deve se fortalecer, em vez de ser impactado por movimentos políticos externos.

Essa dinâmica cria uma janela de oportunidade para os ativos brasileiros. Empresas que adotam boas práticas de governança, transparência e impacto socioambiental positivo tendem a atrair mais capital e a se diferenciar no mercado global. O *stewardship* atua justamente nesse processo, incentivando melhores padrões e ajudando a mitigar riscos que poderiam afetar a valorização dos investimentos. Dessa forma, o Brasil tem o potencial de se tornar um modelo de desenvolvimento sustentável, beneficiando tanto os investidores quanto a sociedade em geral."

José Pugas
Head de ASG



O conceito de *stewardship* vem ganhando relevância no mercado financeiro brasileiro, refletindo a crescente responsabilidade dos investidores institucionais em influenciar positivamente as empresas nas quais investem. No Brasil, essa abordagem é especialmente importante diante dos desafios socioambientais e da necessidade de maior transparência pelas empresas.

Os investimentos ASG têm se consolidado como uma estratégia chave para a mitigação de riscos e a geração de valor a longo prazo. No entanto, no recorte brasileiro, questões como desmatamento, desigualdade social e governança frágil ainda representam desafios significativos. O *stewardship* atua como um mecanismo para alinhar os interesses dos investidores com a sustentabilidade, promovendo engajamentos ativos com as companhias para incentivar melhores práticas ambientais e sociais, além de fortalecer a governança corporativa.

O *stewardship* é um pilar essencial da nossa estratégia de investimentos. A Régia adota uma abordagem ativa, participando de engajamentos colaborativos com empresas e formuladores de políticas para promover maior transparência, mitigação de riscos e adoção de práticas sustentáveis. Por meio de iniciativas como o Climate Action 100+, Investor Policy Dialogue on Deforestation (IPDD) e PRI Spring, a Régia se posiciona como um agente transformador no mercado brasileiro, contribuindo para a evolução das práticas ASG e para um ecossistema financeiro mais responsável e alinhado aos desafios globais de sustentabilidade."

Bruno Bernardo
Analista de ASG e Stewardship



Quem Somos

Somos a Régia Capital, uma gestora de recursos criada para viabilizar soluções de investimentos sustentáveis que contribuam para uma nova economia.

A firma surgiu de uma parceria estratégica entre a JGP, com 26 anos de experiência, e a BB Asset, com 37 anos de trajetória e mais de R\$ 1,7 trilhões sob gestão. Juntas, construímos uma plataforma para direcionar capital em escala para soluções sustentáveis, conectando retorno financeiro e impacto ambiental. Assim como outros agentes da transição global, estamos em um processo contínuo de aprendizado.

A Régia Capital compartilha equipes de gestão, análise e operacional com outras empresas gestoras do grupo JGP em regime *shared service**, de modo que vários outros colaboradores contribuem com suas atividades, compartilhando todo o conhecimento desenvolvido ao longo da construção da gestora. Essa colaboração permite alavancar expertise e recursos para aumentar a eficiência e impulsionar o desempenho de todo o grupo. As empresas do grupo JGP contam, ao todo, com aproximadamente 190 colaboradores.



*Shared service entre as empresas Régia Capital Ltda, JGP Gestão de Recursos Ltda, JGP Gestão de Crédito Ltda, JGP Gestão Patrimonial Ltda, JGP Real Estate Gestão de Recursos Ltda e JGP Global Gestão de Recursos Ltda.

Nossa estratégia de crescimento se baseia em uma dupla democratização. De um lado, ampliamos o acesso aos mercados de capitais para mais de 30 mil investidores pessoas físicas e novos perfis institucionais, como governos subnacionais, tesourarias corporativas e instituições filantrópicas. De outro, criamos caminhos para que negócios emergentes e setores pré-competitivos acessem capital, por meio de programas de aceleração voltados à preparação para o mercado.

Em apenas um ano, atingimos mais de 10 bilhões de reais em ativos sob gestão, segundo dados do [Ranking de Gestores de Fundos de Investimento da Anbima](#), alocados integralmente em estratégias

sustentáveis, fruto do trabalho de uma equipe diversa, com formações e experiências complementares.

Atuando de forma próxima aos principais fóruns globais e iniciativas nacionais, buscamos protagonismo no avanço dos investimentos sustentáveis no Brasil. A Régia é uma das poucas gestoras do Sul Global signatárias simultâneas das principais coalizões internacionais voltadas para o clima e o combate ao desmatamento, como IPDD, Climate Action 100+, FSDA, IFACC, Finance for Biodiversity Pledge e FAIRR. Atuamos de forma ativa nesses fóruns, colaborando com discussões técnicas, agendas comuns e disseminação de boas práticas.



Nosso objetivo é impulsionar a transição para uma economia verde por meio do engajamento com empresas para adoção de práticas sustentáveis.

Acreditamos que impacto e retorno financeiro podem (e devem) caminhar juntos. Essa convicção orienta nossa atuação como investidores ativos. Mais do que provedores de capital, somos parceiros comprometidos com os resultados de longo prazo. A proximidade com as investidas nos permite antecipar riscos e fortalecer o desempenho ASG.

Na Régia Capital, reconhecemos a oportunidade e a responsabilidade de atuar junto ao Sul Global. Investimentos sustentáveis são fundamentais para

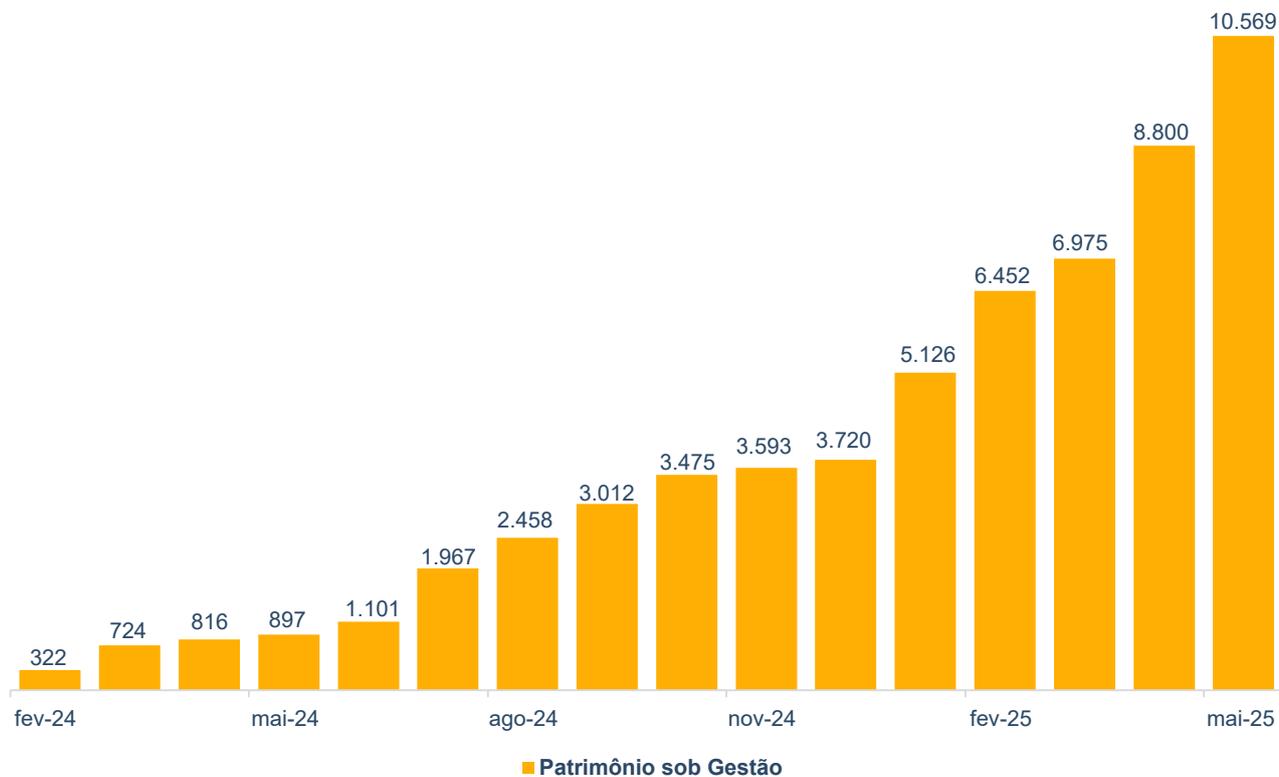
enfrentar os desafios climáticos, ambientais e sociais. Transformar essas soluções em teses robustas de investimento requer inovação, estruturação adequada e colaboração com os setores público e privado. É um processo contínuo, baseado em transparência, gestão de risco e entrega de resultados financeiros consistentes. Seguimos comprometidos em evoluir, aprofundar nosso conhecimento e apoiar o desenvolvimento de modelos de investimento que contribuam de forma relevante para as agendas de clima e sustentabilidade.





Régia em números

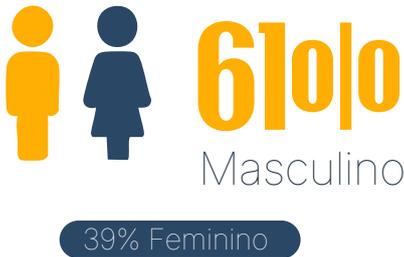
AuM da Régia Capital (R\$ MM)



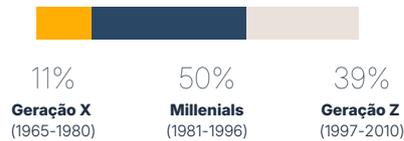
Fonte: Régia Capital



Nosso time



50%
Millenials



31

Idade Média

Diversidade de Raça

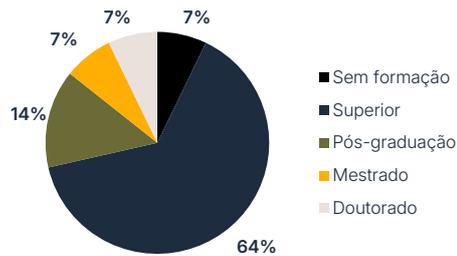
93% Branco
7% Amarelo

28%

LGBTQIAP+

72%

Heterossexual



Tempo médio de casa

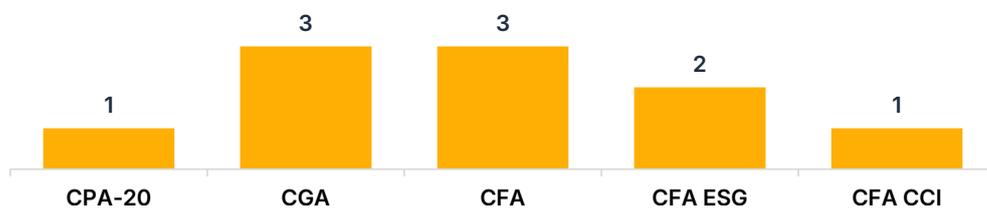
1 ano

Graduação





Certificações profissionais



Local de origem do time Régia



Escritório

Rio de Janeiro: 18

6 estados

Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo



Participação em eventos

Buscamos ser vocais em fóruns nacionais e internacionais sobre a nossa atuação e perspectiva de investimentos.

Ao longo do ano, nosso time participou de diversos eventos e estreamos oficialmente como Régia Capital na **COP16 da Biodiversidade**, em Cali. Participamos de seis painéis com discussões fundamentais sobre a importância do setor financeiro na promoção do Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. Discutimos temas como as recomendações da TNFD, ferramentas para análise e monitoramento socioambiental e inovações financeiras, como os créditos de biodiversidade urbanos.

Também participamos do evento **Reset Conecta: Finanças Climáticas no Brasil – dos milhões aos bilhões**, onde discutimos a mudança de perspectiva de observar externalidades não financeiras e a demanda crescente de desenvolver estruturas de capital mais sofisticadas.

Outro exemplo foi a nossa participação no fórum **Veja Negócios – Oportunidades do Brasil na Transição para a Energia Verde**, durante o painel destacamos a importância de mobilizar o capital unindo setores público e privado e a importância de regular o mercado de carbono brasileiro.



Julia Bretz, Gestora,
no BB Invest em Campo Grande, MS



Alexandre Muller, Diretor Executivo, no Reset Conecta - Finanças Climáticas no Brasil: dos milhões aos bilhões.



Alexandre Muller, Head de Crédito, no evento Encontro dos Profissionais de Investimentos e Previdência dos Fundos de Pensão do Norte e Nordeste no painel "Cenário de Crédito Privado".



Nosso head de ASG, José Pugas, participou do SME Finance Forum, Managed by the IFC (International Finance Corporation) 2024, no painel "Overcoming challenges and supporting SMEs in the Amazon region".



Bruno Bernardo, Analista ASG, no painel da COP16: TNFD Adoption Announcement.



Manifesto

Vivemos em constante transição

O mundo gira.
As pessoas mudam. E a gente?

A gente cresce junto.
Então, por que não evoluir a forma de investir?
Unir capitais – humano, natural e econômico
– com propósito, alinhar valores com
ações, viabilizar soluções de investimentos
sustentáveis.

Sonhadores?
Sim. Mas daqueles que realizam.

Especialistas?
Com certeza.
Mas de um jeito que as pessoas entendem.

Juntos, queremos redefinir o conceito de
sucesso.
Podemos fazer mais, fazer melhor, e construir
uma realidade na qual a sustentabilidade é a
norma, e não a exceção.

Nos comprometemos com a inovação.
Com um olhar atento no amanhã,
mas sem esquecer o que nos trouxe até aqui.

E é aqui, no Brasil.
O lugar certo para multiplicar
possibilidades e uma nova economia.

Cada decisão que tomamos
vai além do crescimento financeiro
e nos aproxima de um mundo mais próspero e
equilibrado.

E você, acredita na mudança?
Um futuro mais sustentável pode começar
hoje.
Então vá além, construa e invista no presente.
E, com consciência, seja parte da solução.



Stewardship

Acreditamos que o investimento responsável passa pelo uso ativo dos direitos dos acionistas e detentores de títulos para incentivar melhores práticas corporativas. Por meio do engajamento e do voto, buscamos apoiar as empresas investidas na gestão de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, contribuindo para que desenvolvam modelos de negócios mais resilientes e preparados para o futuro.

Empresas que adotam práticas sustentáveis tendem a se destacar no longo prazo, tanto em competitividade quanto em performance ajustada ao risco. Por isso, representando os interesses de nossos clientes, mantemos um diálogo contínuo com as companhias para reforçar sua conduta empresarial responsável e promover um crescimento sustentável.

O engajamento consiste na construção de um diálogo estratégico com as empresas investidas para discutir a gestão de riscos ambientais, sociais e de governança (ASG), bem como influenciar positivamente em decisões corporativas associadas a desafios sustentáveis. Já o exercício do voto em assembleias de acionistas é uma ferramenta essencial para reforçar nosso posicionamento, assegurando que a governança e as práticas empresariais estejam alinhadas com princípios responsáveis e com a geração de valor no longo prazo.

Dessa forma, o *stewardship* se torna um pilar fundamental da nossa abordagem de investimento sustentável, garantindo que nossa atuação no mercado financeiro

reflita nosso compromisso com a construção de um futuro mais responsável e equilibrado.

O primeiro acordo que a Régia Capital formalmente aderiu foi o Código Brasileiro de *Stewardship* (CBS), demonstrando o nosso compromisso com a criação de valor sustentável a longo prazo e o cuidado na gestão e no monitoramento dos valores mobiliários detidos pelos clientes.

O Código Brasileiro estabelece **7 princípios** para os investidores institucionais, de forma a nortear o cumprimento do seu dever fiduciário com os seus beneficiários finais, são eles:

- I) Implementar e divulgar programa de *stewardship*;
- II) Implementar e divulgar mecanismos de administração de conflitos de interesses;
- III) Considerar aspectos ASG nos seus processos de investimentos e atividades de *stewardship*;
- IV) Monitorar os emissores de valores mobiliários investidos;
- V) Ser ativos e diligentes no exercício dos seus direitos de voto;
- VI) Definir critérios de engajamento coletivo;
- VII) Dar transparência às suas atividades de *stewardship*.

O Relatório de *Stewardship* 2024 apresenta os primeiros passos na implementação do *stewardship* nas atividades da Régia Capital.



Princípio 1

Implementar e divulgar o programa de *stewardship*

A Régia Capital aderiu formalmente ao Código Brasileiro de *Stewardship* em janeiro de 2025. Acreditamos que os investidores possuem papel importante na economia e sociedade, envolvendo a combinação entre retorno financeiro e impacto positivo na sociedade.

O objetivo do programa de *stewardship* é garantir o cuidado adequado na gestão dos ativos sob gestão e o monitoramento dos valores mobiliários, de forma a gerar e proteger valor para os nossos clientes. As diversas formas de engajamento fazem parte desse processo, incluindo o exercício do direito de voto em assembleias de empresas, onde cumprimos o dever de buscar os melhores interesses dos nossos cotistas.

A governança do engajamento se dá pela área ASG, com profissionais qualificados e dedicados à gestão do *stewardship*

na gestora. Já a nossa participação em assembleias é liderada pela equipe de Compliance, com o time ASG e analistas de research contribuindo ativamente com o nosso exercício do direito ao voto.

A Política de Seleção de Ativos seguindo os critérios ambientais, sociais e de governança está detalhada no Manual ASG, incluindo aspectos relacionados a metodologia ASG, processo de monitoramento de ativos ASG, política de engajamento e listas restritivas de investimentos em fundos IS (Investimento Sustentável) da gestora.

A transparência sobre as atividades de *stewardship* está relatada no presente relatório, sendo este a nossa primeira publicação. O relatório anual de *stewardship* da Régia está disponível em nosso site e na página online de relatórios dos signatários do Código Brasileiro.



Princípio 2

Implementar e divulgar mecanismos de administração de conflitos de interesses

A administração de conflitos de interesses na Régia possui um processo bem estruturado de mapeamento, mitigação e solução, liderado e monitorado pela área de Compliance. No Código de Ética e Conduta da Régia, explicitamos os princípios básicos de ética, conduta e comportamento que deverão ser observados por todos os colaboradores (sócios, associados, diretores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados nas dependências da empresa) no desenvolvimento das suas atribuições e relacionamento profissional diário.

As decisões tomadas no dia-a-dia devem visar os interesses da empresa e de seus clientes, de forma a evitar a influência de qualquer viés pessoal que possa qualificar conflito de interesses. Em caso de eventuais potenciais conflitos, os colaboradores devem comunicar imediatamente o fato à área de Compliance, que irá avaliar qual a melhor medida a ser tomada conforme o caso.

De qualquer forma, há medidas preventivas praticadas pela Régia com o intuito de evitar situações de conflito, quais sejam:

Nenhum colaborador, com influência nas decisões da Régia, e nenhum membro

próximo da família de tal colaborador, podem deter qualquer participação substancial, como acionista ou administrador, em empresas investidas e fornecedoras da Régia, sem a prévia concordância do Comitê Administrativo, de Ética e Compliance. Por outro lado, se um colaborador ou um membro de sua família tiver uma participação societária em um concorrente da Régia, a área de Compliance também deverá ser notificada.

Também não é permitida contratação de pessoas próximas e familiares de colaboradores para evitar o conflito e a independência nas tomadas de decisão e avaliações de desempenho.

Vale reforçar que não é permitido que os colaboradores exerçam atividades fora do trabalho que possam competir com suas atividades na Régia. Os colaboradores estão proibidos de participar de negócios externos, remunerados ou não, e/ou tornar-se membro de conselhos de administração de companhias sem a prévia aprovação por escrito da área de Compliance. A aprovação será concedida caso-a-caso, após consideração de potenciais conflitos de interesses e quaisquer outras questões regulamentares pertinentes. Todos os Colaboradores



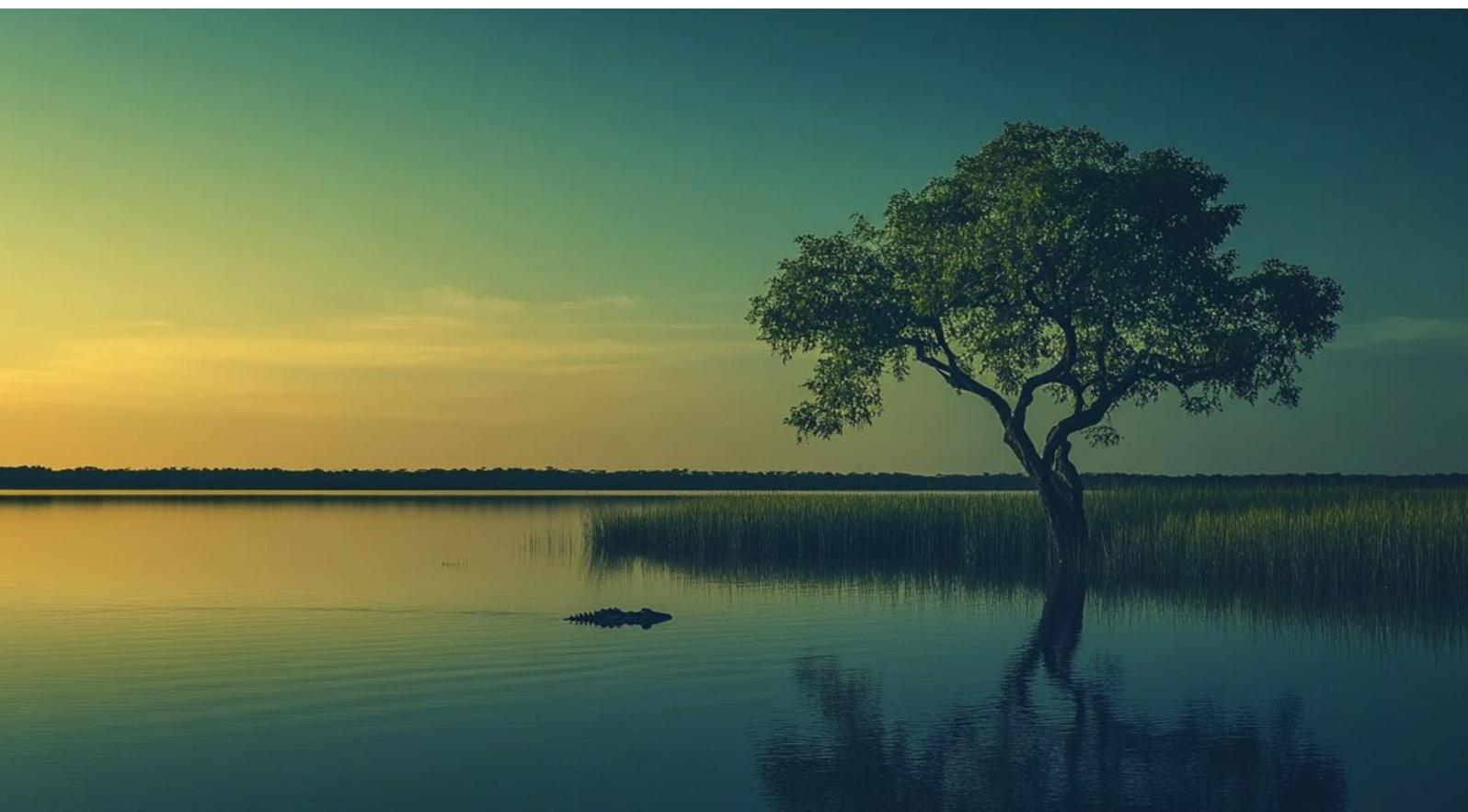
devem utilizar a “Declaração de Atividade Secundária” para solicitar prévia aprovação para o exercício de quaisquer atividades externas.

Ainda a Régia possui uma política bem restrita em relação ao recebimento de presentes. A maior preocupação é a intenção do presenteador em relação ao Colaborador da Régia e a manutenção da independência do seu julgamento na tomada de decisões. Desta forma, todos os presentes são registrados pela área de Compliance e, caso sejam acima dos valores determinados pela área de compliance ou, na avaliação da área de Compliance, possam potencialmente influenciar na independência das decisões, a área de Compliance promove sua doação ou sorteio interno.

Nossa preocupação em atuar com isenção e livre de conflito também se verifica em nossas atividades empresas investidas,

como por exemplo, no exercício do direito de voto em assembleias. Ao escolhermos votar na eleição de um membro do Conselho de Administração ou entendermos que vale indicar um novo membro, promovemos uma reunião em que participam a área de Compliance, ASG, Gestão e Análise para verificar os precedentes do indicado(s) e a sua autonomia em relação a qualquer interesse ou conexão que a Régia possa vir a compartilhar com o referido candidato.

Por fim, vale mencionar que a Régia promove treinamentos e capacitação a todo novo colaborador de forma a obter informações suficientes acerca das principais normas de ética e conduta da Régia e seus mecanismo de prevenção a conflito de interesses. Os treinamentos são ministrados pela área de Compliance, que deverá prover os colaboradores com material didático, lista de chamada e certificado.





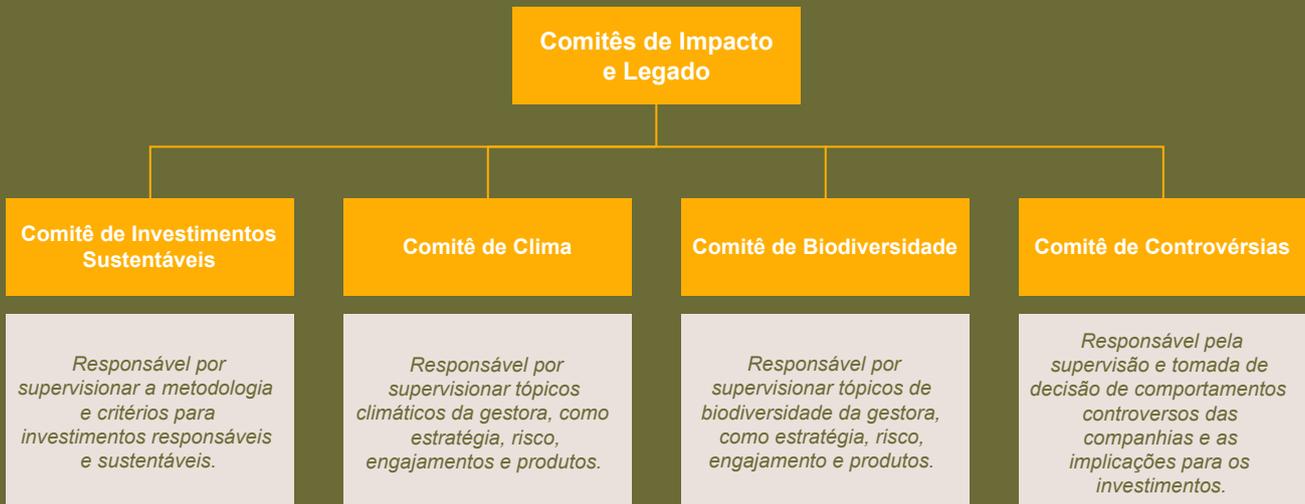
Princípio 3

Considerar aspectos ASG nos seus processos de investimentos e atividades de *stewardship*

A cultura ASG da Régia é transversal por todas as áreas da gestora, com a Coordenação de Gestão de Impacto e Legado responsável pela implementação da mesma. O time possui equipe dedicada de analistas de pesquisa para avaliar os investimentos sob a ótica ASG, que está integrada nos processos de análise dos ativos de renda fixa e variável e demais estratégias que possam vir a ser incorporadas pela gestora.

Os ativos que integram a carteira dos fundos IS (Investimento Sustentável, pela taxonomia da Anbima) passam por aprovação de "Ativo ASG", detalhado posteriormente no tópico de integração ASG.

Para uma melhor gestão, foram criados os seguintes comitês de investimento responsável:



O Diretor de Investimento da Régia faz parte dos Comitês de Clima e Biodiversidade, enquanto o Head de ASG faz parte de todos os Comitês, com cada Comitê tendo um secretário específico para coordenar as discussões. Participam dos comitês membros de diferentes áreas e níveis

da gestora, como do comitê executivo, conselho, gerentes e analistas.

Os Comitês se reúnem periodicamente, pelo menos uma vez ao ano ou em periodicidade menor caso seja necessário.



A integração ASG da Régia se baseia na metodologia na qual para os fundos IS, os "Ativos ASG" devem contribuir de forma material para os Objetivos Sustentáveis definidos pela gestora, não causar dano significativo e possuírem *frameworks* ASG, detalhados posteriormente.

Ativos de fundos temáticos não precisam necessariamente estar alinhados com os dois primeiros critérios, mas devem seguir a Lista de Restrição (Anexo I, Manual ASG) e terem *framework* ASG.

Alinhamento aos Objetivos Sustentáveis da Gestora:

Os Objetivos Sustentáveis internos definidos pela Régia se baseiam em taxonomias de financiamento sustentável, contendo tanto critérios ambientais quanto sociais para uma melhor adequação ao contexto brasileiro.

Ao todo são 12 critérios, sendo 6 diretamente relacionados à aspectos ambientais e 6 sociais, onde um "Ativo ASG" deve contribuir no mínimo de forma relevante para um destes para ser considerado gerador de externalidade positiva.

Figura I

Objetivos Sustentáveis



Mitigação às mudanças climáticas



Adaptação às mudanças climáticas



Uso sustentável e proteção da água e recursos marinhos



Transição para economia circular



Controle e prevenção da poluição



Proteção e restauração da biodiversidade e ecossistemas



Infraestrutura básica acessível



Acesso a serviços essenciais



Habitação a preços acessíveis



Financiamento de PMEs e microfinanças



Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis



Avanço socioeconômico, inclusão e empoderamento

Infraestrutura básica acessível: Água potável, esgoto, saneamento, transporte e energia.

Acesso a serviços essenciais: Saúde, educação, formação profissional, cuidados de saúde, financiamento e serviços financeiros.

Avanço socioeconômico, inclusão e empoderamento: Acesso equitativo a ativos, serviços, recursos e oportunidades; participação e integração equitativa no mercado e na sociedade, incluindo redução de desigualdade de renda.



Independente de um ativo gerar externalidade positiva, ele obrigatoriamente não deve causar dano significativo a um ou mais desses objetivos para ser incluído em um fundo de investimento sustentável (IS).

Do No Significant Harm (DNSH):

O conceito de Do No Significant Harm, ou seja, de não causar dano significativo segue a premissa de que um "Ativo ASG" não deveria apoiar ou investir em atividades econômicas que causem impacto negativo significativo a um dos objetivos sustentáveis. Para isso, estabelecemos o critério de que, se uma atividade que cause danos representar mais de 5% da receita da empresa, ela será considerada material, o que a tornaria esta companhia inelegível.

Além disso, os fundos de investimento sustentável não podem aplicar recursos em setores e empresas que consideramos altamente nocivos ao progresso social e ao meio ambiente, conforme especificado na Lista de Restrição do Manual ASG.

Para contribuir com estratégias de descarbonização e descomissionamento de ativos poluentes, um emissor que tenha uma atividade que cause dano significativo poderá ser investido caso apresente uma robusta estratégia de transição com o uso de recursos limitado para a atividade verde que irá contribuir diretamente para a sua teoria da mudança. Para tal, o emissor precisa apresentar compromisso claro em substituir um modelo de negócios baseado em uma atividade suja por uma tecnologia verde.

Também possuímos critérios específicos relacionados a desmatamento e respeito aos direitos humanos, descritos em nossa Política Antidesmatamento e Política de Direitos Humanos, disponíveis em nosso site.

Para acompanhamento dos impactos, os ativos dos fundos IS devem ter justificativa de investimento preenchida, tal justificativa contém alinhamento aos objetivos sustentáveis, controvérsias observadas e matriz de impactos adversos de sustentabilidade com os indicadores chaves a serem monitorados.

Além disso, o time de análise ASG completa a integração com os *frameworks* ASG setoriais para um maior aprofundamento da performance dos fatores ambientais, sociais e de governança das empresas.

Frameworks ASG:

Estruturamos uma metodologia capaz de capturar indicadores ASG para fundamentar nossa análise e escolha dos ativos que irão compor nossas carteiras.

Aplicamos um conjunto de perguntas (*Framework* ASG) que nos fornece um mapeamento mais completo do estágio em que se encontra a companhia no que diz respeito ao tratamento de suas externalidades e suas ações atuais, bem como seu planejamento de curto e médio prazo.

Esse processo é feito levando em consideração padrões internacionais, como o SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), que busca categorizar



quais são os temas mais sensíveis para cada setor, bem como indicadores do WEF (*World Economic Forum*), IFC (*International Finance Corporation*) e outras taxonomias setoriais relevantes.

Após a identificação desses fatores, desenvolvemos o *framework* proprietário, que é preenchido considerando aspectos quantitativos, qualitativos e controversias. Utilizamos informações públicas das empresas analisadas e fontes independentes. Esse processo de análise e preenchimento dos *frameworks* é realizado a partir da interação regular de nossos times de gestão e análise com as companhias analisadas, as quais são o objeto de aplicação do *framework*, de forma a permitir que sejam aderentes à materialidade das companhias/setores.

Destacamos que estamos atualmente na terceira versão do nosso *framework* proprietário. Quando começamos, tínhamos a integração de 2 setores, cobrindo 5 companhias. No final de 2024 a integração cobria 46 setores e sub-setores distintos, com **193 companhias analisadas** (vs 41 setores e 160 companhias em 2023).

Em paralelo ao aperfeiçoamento contínuo da ferramenta, caminhamos lado a lado com os compromissos da gestora. **A Régia Capital é uma das poucas gestoras do Sul Global signatária simultaneamente das principais coalizões globais para combater as mudanças climáticas e o desmatamento**, como o Investor Policy Dialogue on Deforestation (IPDD), Climate Action 100+, Finance Sector Deforestation Action (FSDA) Initiative, Finance for Biodiversity pledge e FAIRR Initiative.

Iniciativas e compromissos:





Processo de análise ASG:

Em ordem de um ativo ser investível, este deve passar pelo crivo da Lista de Restrição do Manual ASG e, caso o ativo não fira nenhum dos itens descritos, ele se torna passível de receber investimentos.

A integração ASG para os ativos de renda fixa e variável segue processos semelhantes. Em situações pré-comitê de crédito e pré-investimento em equity, se sinalizado ângulo ASG da operação, ou seja, demonstrado possível alinhamento com as teorias de mudança da Régia e com as teses de investimento dos fundos, o time ASG inicia análise de alinhamento com os objetivos sustentáveis e de controvérsias graves.

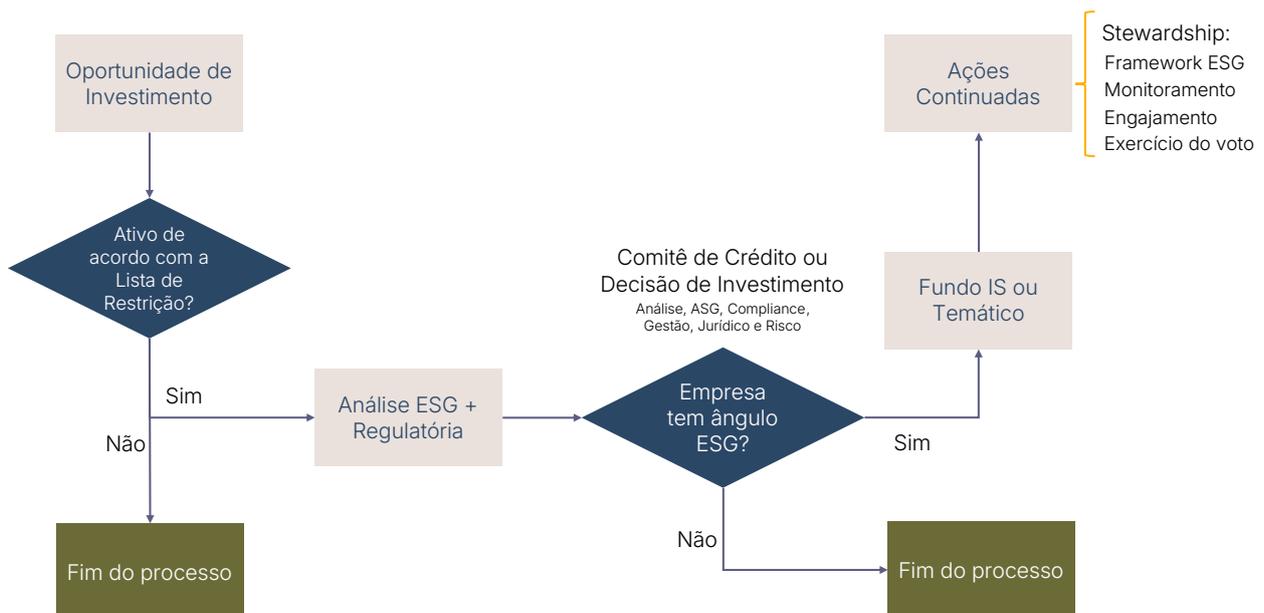
Se alinhado, sem controvérsias graves e aprovado o investimento, inicia-se processo de análise ASG mais aprofundado com os frameworks ASG proprietários. Após este processo de análise, passa-se então para o de *stewardship*, ou seja, de monitoramento e engajamento dos valores mobiliários.

Caso o ativo não esteja alinhado para os fundos IS, poderá ser investível em fundos temáticos com integração ASG e *stewardship*.

O *framework* ASG deve ser atualizado pelo menos uma vez ao ano, ou com periodicidade menor, sempre que houver necessidade.

Figura II

Processo de Análise ESG dos Ativos





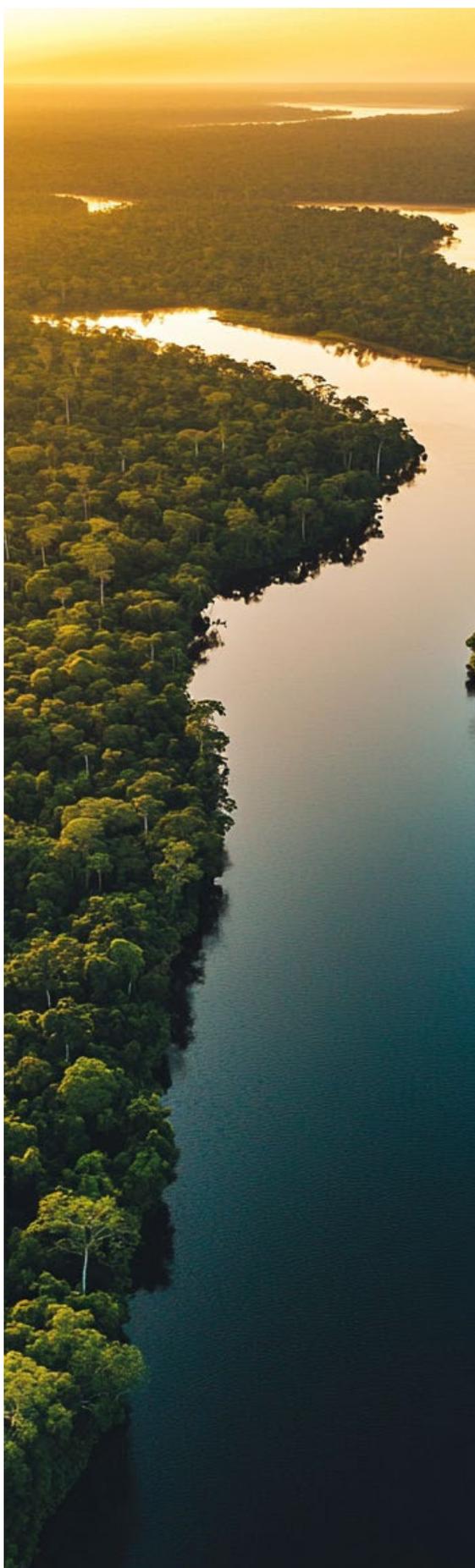
Limitações da Metodologia:

Em um cenário de transição na cultura da transparência das informações, grande parte das empresas ainda não está preparada para apuração e divulgação apropriada de suas externalidades e indicadores críticos para categorizarmos a materialidade de impactos adversos que lhe são transversais.

Apesar de esperarmos que a ausência de dados seja um problema decrescente à medida que o ASG avança na agenda do mercado financeiro e da economia real, criamos salvaguardas metodológicas para esta questão, preservando a qualidade na nossa tomada de decisão de aquisição de Ativos ASG.

Aculturamento

Como forma de fomentar o aculturamento na gestora das práticas ASG, realizamos fóruns de discussão sobre pautas relacionadas, alguns dos temas abordados foram: a relação dos frigoríficos brasileiros e o desmatamento, o movimento anti-ASG nos Estados Unidos, crimes ambientais e sociais associados ao mundo da moda e créditos de carbono. Ao longo do ano produzimos **9 fóruns de discussões**, com uma média de **34 participantes** de diferentes áreas.





Princípio 4

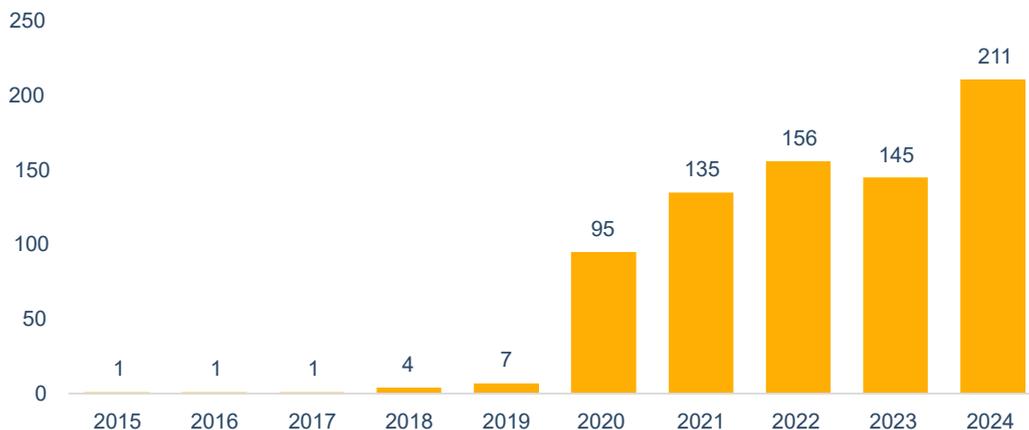
Monitorar os emissores de valores mobiliários investidos

O monitoramento dos valores mobiliários investidos é constante, seja pelo time de análise, que tem interações recorrentes com as companhias, seja pelo time ASG, ao monitorar algum aspecto ambiental, social ou de governança específico. Esse acompanhamento ocorre periodicamente a partir de fatos positivos ou negativos comunicados ao mercado.

O time de análise busca ter um relacionamento próximo das investidas, seja participando de calls de resultado ou diretamente em contato com a equipe de Relação com Investidores das companhias. Ainda, o time busca participar de conferências e side events para estar atualizado sobre a performance financeira das companhias.

Em 2024, foram realizados **211 comitês de crédito**, onde parte dos comitês realizados foram de atualização dos cases de investimentos. Nos comitês participam colaboradores de diversas áreas, como de Crédito, Risco, Compliance e ASG, onde cada área tem o seu papel e poder de voz nas análises dos ativos. Nestes espaços, são discutidos aspectos como análise de risco das operações, solvência dos tomadores, garantias oferecidas, condições de mercado e alinhamento com a estratégia dos fundos e da instituição. Ao todo, **88 comitês foram para ativos com viéses ASG**.

Total de Comitês de Crédito JGP e Régia





Além disso, a análise da performance ASG dos ativos investidos é atualizada pelo menos uma vez ao ano a fim de acompanhar a evolução dos indicadores.

Controvérsias

Se alguma companhia apresentar uma notícia desabonadora, um comitê é criado e o monitoramento deste caso específico se inicia. Estudaremos e analisaremos o assunto, entrevistando diferentes stakeholders para ter uma melhor opinião sobre o caso e buscaremos entrar em contato com a companhia para esclarecimentos sobre o ocorrido, de forma a dar oportunidade para a empresa elucidar os fatos e informar quais medidas estão sendo tomadas para mitigação e para que o incidente não se repita. Caso a resposta não seja adequada, podemos optar por desinvestir do ativo, e até colocar a empresa na nossa lista de exclusão temporária, em função da gravidade do ocorrido.

Caso I

Ao longo de 2024, monitoramos de perto as práticas de uma das companhias investidas pelos fundos IS, pertencente ao setor de saúde. Em janeiro, veículos de comunicação relataram um aumento nos casos de descumprimento relacionados à judicialização envolvendo a empresa.

Na época da controvérsia, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) afirmou que não havia elementos suficientes para iniciar uma investigação formal. Contudo, assim que tomamos ciência do caso, decidimos conduzir uma investigação independente. Para isso, consultamos três advogados especializados no tema, buscando formar uma opinião fundamentada e avaliar se o ocorrido poderia ser caracterizado como uma prática intencional. Caso fosse confirmado, tal prática poderia representar uma controvérsia grave, podendo levar à exclusão do ativo do fundo de investimento sustentável (IS).

De maneira geral, os advogados consultados indicaram que o descumprimento havia sido intencional, mas atribuído às reestruturações governamentais realizadas pela companhia. Ressaltando que a empresa já havia retomado o cumprimento das liminares. Foi mencionado que a judicialização no setor é sazonal, com aumento de casos sempre que há alterações na legislação.

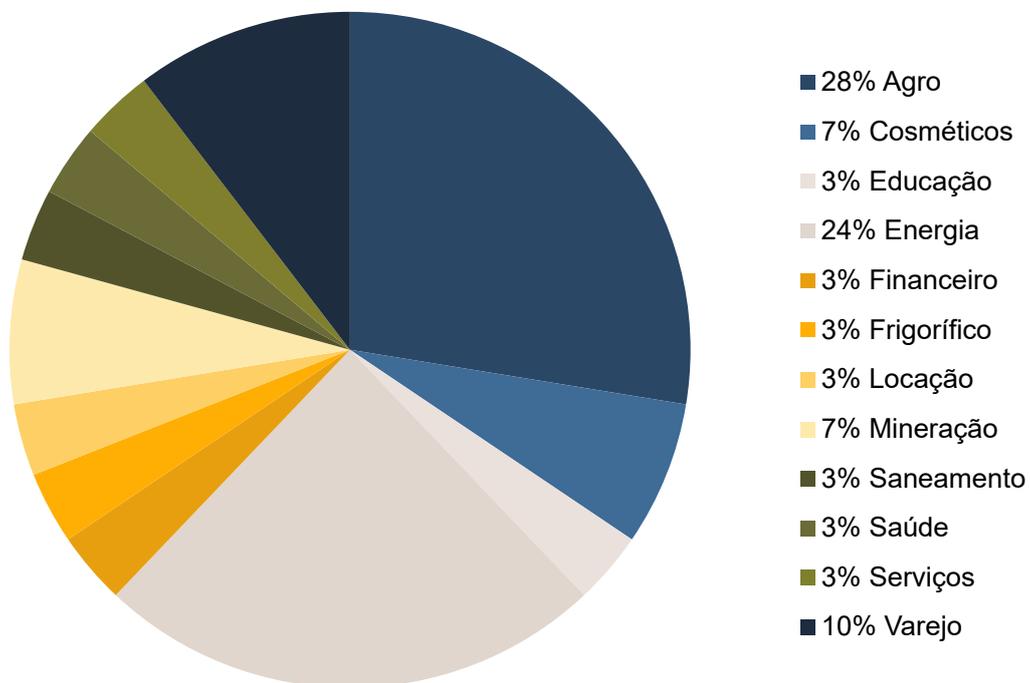
Desde essas conversas, surgiram outras notícias pontuais sobre multas aplicadas à empresa, mas que podem ser justificadas pelo tamanho de sua operação. Um ponto relevante observado foi que os indicadores setoriais de qualidade de atendimento da companhia estavam alinhados com a média de seus pares.

Paralelamente, o time de análise manteve contato frequente com a companhia para atualizar os modelos financeiros. Em outubro, foi realizada uma nova rodada de conversas com especialistas no tema para nos atualizarmos sobre a situação.

Como resultado dessas interações e com base em todas as informações coletadas, concluímos que a companhia continua elegível para investimentos. Contudo, o monitoramento permanece ativo para acompanhar possíveis desdobramentos.

Engajamentos individuais

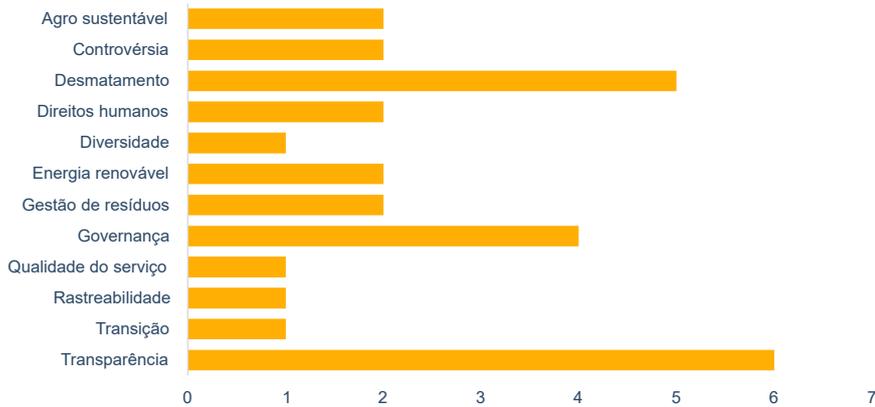
Setores



Fonte: Régia Capital

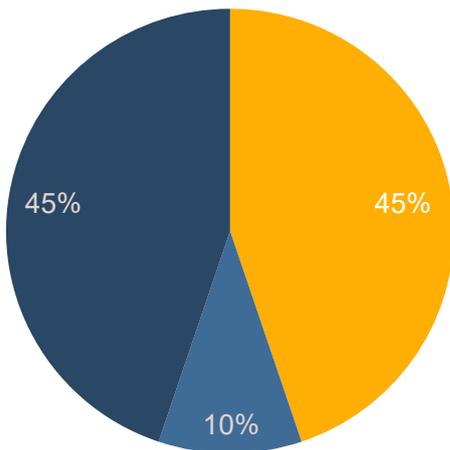


Tópicos



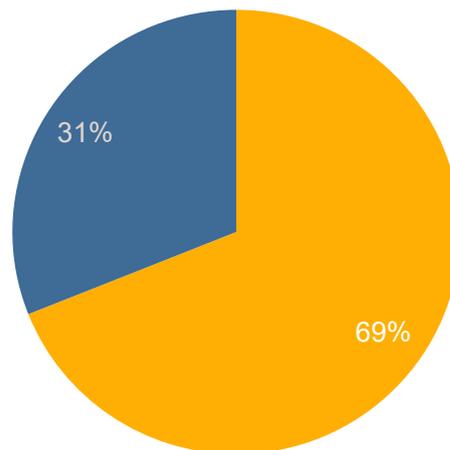
Fonte: Régia Capital

Temas



■ Ambiental ■ Social ■ Governança

Formato



■ Reunião ■ E-mail

Fonte: Régia Capital

Uma das formas de monitoramento dos valores mobiliários investidos se dá através do engajamento do nosso time com a companhia alvo. Em relação aos engajamentos individuais realizados com as companhias, tivemos pelo menos 29 interações ao longo do ano. A maior parte dessas interações se deu por reuniões (69%), sendo o tópico de transparência corporativa (23%) e combate ao desmatamento (17%) os principais assuntos abordados.

A transparência corporativa é essencial para que investidores e demais stakeholders possam avaliar adequadamente os riscos e oportunidades associados às empresas, garantindo uma comunicação clara sobre práticas socioambientais, governança e impactos financeiros. No contexto do desmatamento, a relevância do tema se dá pelo seu potencial de gerar riscos materiais, tanto regulatórios quanto reputacionais, além de comprometer a resiliência das



cadeias produtivas e a conformidade com padrões internacionais de sustentabilidade. A crescente exigência por disclosure ambiental e a necessidade de estratégias robustas para mitigar impactos negativos

reforçam a importância desses temas nos engajamentos da Régia, permitindo um acompanhamento mais efetivo das ações das companhias e incentivando a adoção de melhores práticas.

Caso II

Em junho de 2024, uma companhia de produtos vegetais congelados chegou com uma emissão à mercado e, por se tratar de uma atividade intensiva em uso do solo, o nosso time de análise socioambiental solicitou alguns dados da companhia para verificação de conformidade de seus fornecedores.

Nesse sentido, foram identificadas sobreposições entre os dados enviados pela companhia e as camadas analisadas pelo time, sendo duas com Terras Indígenas do Catálogo de Metadados da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e três com Alertas de Desmatamento do MapBiomias Alerta. Após identificação, foram enviados para esclarecimentos, via e-mail, os dados sobre as sobreposições para a companhia.

Em relação aos dois fornecedores que possuíam sobreposição com Território Indígena, a companhia informou de que eles não estavam mais na lista de fornecimento da cia. Visto que os fornecedores não produziam mais para a cia no período da análise socioambiental realizada, quaisquer possíveis riscos associados à sobreposição de áreas, seja para a comunidade indígena, seja para a operação da companhia analisada, foram desconsiderados.

Em relação aos três alertas de desmatamento identificados, foram solicitados o CPF e as certidões de embargo do IBAMA e de débito trabalhista dos três fornecedores que obtiveram sobreposições em seus territórios. Inicialmente, a companhia esclareceu via e-mail que um dos fornecedores não era mais produtor da companhia. Devido a isso, o possível risco relacionado a este fornecedor específico foi descartado.

Sobre os dois fornecedores restantes, a companhia informou que entraria em contato com estes para esclarecer a situação, visto que ambos não possuíam registro de irregularidade nas certidões de embargo do IBAMA. Além disso, não foram detectadas irregularidades nas vistorias de campo realizadas anteriormente pelos assessores da companhia.

Em seguida, a cia enviou as justificativas sobre a sobreposição encontrada nos territórios dos fornecedores. Um dos fornecedores possuía Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para a área referente ao Alerta de Desmatamento identificado pela plataforma MapBiomias Alerta.

Para os nossos Fundos IS, é considerado o desmatamento legal, ilegal e não compensado das commodities de alto risco florestal após a data de 31 de dezembro de 2020 como causador de dano significativo, não sendo assim permitido o investimento em ativos que promovam esse tipo de desmatamento.

Dessa maneira, o Alerta de Desmatamento do fornecedor que possui ASV, ainda que tenha ocorrido após a data de corte estipulada, não é considerado crítico por não se tratar de produção de commodities críticas. Logo, o possível risco associado a esta sobreposição foi descartado.

Por fim, sobre o terceiro fornecedor que possui sobreposição a Alertas de Desmatamento identificada em sua propriedade, a companhia afirmou que reorientou o fornecedor conforme as cláusulas contratuais e o manual de boas práticas agrícolas da cia. A reorientação, segundo a companhia, visou esclarecer que, antes de realizar a locação, é necessário verificar itens como a regularidade ambiental da área. Dessa maneira, a cia enviou para o fornecedor um termo de notificação de não conformidades socioambientais, o qual especifica qual a não conformidade observada e sua descrição, além de outros detalhes sobre o ocorrido.

Ademais, a Companhia afirmou que, para a próxima safra, o fornecedor deverá alterar seu local de plantio. Segundo a cia, o produtor informou que o proprietário da área se encontrava em andamento com o processo de ajustamento da área suprimida, junto ao órgão ambiental responsável. Além disso, a Companhia afirmou que, para as próximas safras, irá adequar seu procedimento interno para realizar a verificação das áreas a serem cultivadas através do MapBiomias Alerta antes da contratação.

Como resultado do engajamento realizado, a Companhia passou a utilizar a Plataforma MapBiomias Alerta, a qual não era utilizada anteriormente ao engajamento realizado pelo time ASG. E, através de diálogo entre o Time ASG, a Área de Crédito da JGP e a companhia, foi decidido que a operação ocorreria de maneira que o uso de recursos da emissão fosse direcionado a todos os fornecedores, exceto àquele que conteve um Alerta de Desmatamento inserido na propriedade sem a presença de Autorização de Supressão Vegetal.

De forma a oferecer a nossa contribuição intelectual para o desenvolvimento do alinhamento de expectativas entre stakeholders com as estratégias e práticas corporativas, participamos de 6 pesquisas de atualização de materialidade de companhias. São elas: Assaí Atacadista, BTG Pactual, Frigorífico Concepción, Lojas Renner, Natura&Co e XP Inc. As matrizes de materialidade são instrumentos poderosos para nortear a estratégia das cias e podem servir como guia para a construção dos relatórios anuais e de sustentabilidade





Em adição a essas contribuições, o nosso time dedicou tempo para contribuir com 5 consultas públicas em 2024. A primeira foi organizada pela CVM, sendo essa sobre o Pronunciamento Técnico CBPS N° 01 e 02 relacionado aos Requisitos Gerais para Divulgação de Informação Financeira relacionadas à Sustentabilidade. Nela, sugerimos a adoção de métricas e metas (inclusive intermediárias) de mitigação e adaptação climática, a divulgação de emissões associadas ao Padrão Global de Classificação Industrial (GICS) e a classes de ativos e crédito.

A segunda consulta foi referente a Normativa N° 100/2024 do Banco Central acerca da divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos por instituições financeiras. Nossas sugestões buscaram o incremento dessa divulgação, de modo que essa considere riscos ambientais e climáticos setoriais específicos, impactos climáticos diversos (como temperaturas extremas e incêndios), a publicação de compromissos de emissões líquidas zero de forma padronizada e de dados ligados ao desmatamento legal e ilegal.

A terceira foi promovida pela B3 para uma atualização do Regulamento do Novo Mercado. Nessa nos posicionamos

para maiores sanções, observância de controvérsias de governança, limitação do número de participação em Conselhos de Administração, e para a inclusão da exigência de políticas de integridade e de sustentabilidade.

Após participar mais uma vez do piloto da Science-based Targets Initiative (SBTi), nós contribuimos com a consulta sobre o FINZ Standard, o guia metodológico para o setor financeiro desenvolver metas net-zero. Nela, respondemos às questões solicitadas pelo guia e fornecemos feedbacks visando a adequabilidade das solicitações à realidade das instituições financeiras do Sul Global.

Por fim, pela Anbima pudemos contribuir no Grupo de Trabalho sobre o capítulo de Enfrentamento das Desigualdades da Taxonomia Sustentável Brasileira. Esse capítulo enfoca as questões de gênero, raça e contextos regionais/territoriais, sendo uma inovação brasileira no segmento de taxonomias nacionais. Nossas contribuições englobaram a sugestão para a inclusão da adoção nos indicadores relacionados a licença parental e a adição de um critério relacionado a possibilidade de anonimato para canais de denúncias, as quais foram atendidas no documento disponível para consulta pública.



Princípio 5

Ser ativos e diligentes no exercício dos seus direitos de voto

O exercício do direito de voto é um instrumento de controle e forma de cumprirmos o dever de buscar os melhores interesses dos nossos cotistas.

Por meio da votação, pretendemos incentivar as equipes de gestão das empresas nas quais investimos que implementem uma boa governança corporativa e políticas responsáveis. Nós acreditamos que essa prática aumentará o valor para o acionista a longo prazo, ao mesmo tempo que encoraja comportamentos responsáveis nas empresas.

Nosso exercício de voto é baseado nos princípios amplamente aceitos da International Corporate Governance Network (ICGN), que fornece uma ampla estrutura para avaliar a governança corporativa das empresas. Os princípios ICGN oferecem escopo para que as empresas sejam avaliadas de acordo com os padrões locais, legislação nacional e códigos de conduta. Também levamos em consideração especificidades da empresa e as melhores práticas ao votar.

O nosso guia de voto está disponível na Política de Voto da Régia, sendo esta revisada pelo menos uma vez por ano.

Dada a recém origem da gestora e tempo necessário para tombar os fundos para a casa, não tivemos a oportunidade de exercer

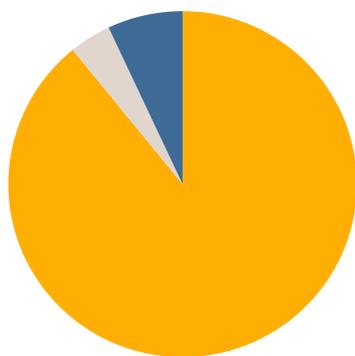
o direito do voto no ano de 2024 como Régia Capital, no entanto, para a temporada de assembleias de 2025 seremos ativos e diligentes atuando em conformidade com a política de investimento dos fundos sob gestão.

Participaremos de todas as assembleias gerais de emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto e a nossa participação será detalhada no próximo relatório de *stewardship* da gestora.

No entanto, em 2024, o time da Régia era responsável pelo exercício do voto na JGP e com isso participamos de 33 assembleias de companhias abertas. Os votos preferidos pela JGP não foram mera análise da proposta da administração divulgada nos 30 dias que antecederam as assembleias. O fruto da jornada enveredada pela gestora é resultado do trabalho contínuo da equipe de análise em monitorar as companhias investidas, através de reuniões periódicas, e do conhecimento profundo de seus objetivos e estratégias principais. Assim, percebemos que avaliar os tópicos de uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) ou Extraordinária (AGE) envolve complexidade, exigindo um monitoramento contextualizado das empresas investidas para compreender aspectos como a eleição de conselhos administrativos ou a definição de remunerações executivas.

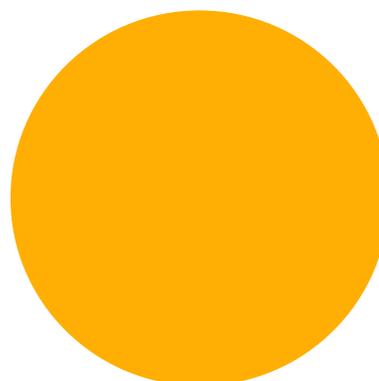


Participação em AGOs



- Aprovação - 89%
- Rejeição - 4%
- Abstenção - 7%

Participação em AGEs



- Aprovação - 100%

Fonte: Régia Capital

Aprovamos 89% das matérias das assembleias ordinárias e 100% das matérias das assembleias extraordinárias que participamos em 2024, esse resultado se deu por entendermos que a grande maioria das propostas estavam em linha com as estratégias das companhias.

No entanto, rejeitamos 4% das matérias apresentadas por desalinhamento com o que acreditamos ser o melhor para o futuro da companhia, com destaque para a nossa **Manifestação de Voto** apresentada na **AGOE da Vale S.A.** realizada no dia 26 de abril de 2024:

“Como acionistas ativistas da Companhia, entendemos que é de ampla importância a implementação de uma política de remuneração alinhada à estratégia de criação de valor no longo prazo, abrangendo suas diversas frentes de atuação.

Na AGOE do ano passado já havíamos levantado o ponto e descrevemos a seguir e seguimos nos posicionando no mesmo sentido.

Sem dúvida, destacamos os avanços obtidos pela Companhia no decorrer dos

últimos anos no que tange à compensação atrelada a critérios ASG, tendo atingido percentual que se destaca quando comparado às demais empresas do setor, como a inclusão de metas ASG ao CEO.

Não obstante, acreditamos que a Companhia se encontra em posição de maturidade suficiente para implementar metas ainda mais assertivas, atreladas à entrega integral dos reparos relacionados aos acidentes de Mariana e Brumadinho, que se constitui como tema de alta materialidade ASG.

É de nosso entendimento que a pauta segue atuando como detrator de valor para a Companhia, devendo assim ser de comum interesse entre os acionistas controladores e minoritários sua pronta resolução.

Desta forma, sugerimos a inclusão da Reparação Integral de Mariana e Brumadinho nas metas dos diretos com

posição estratégica na Vale, tal como CEO, COO e CFO, como incremento ao modelo atual.

Entendemos que a medida seria um importante passo para reforçar ainda mais o alinhamento dos executivos à resolução da referida situação, que se alonga desde 2015 e 2019, respectivamente."

Deste modo, acreditamos que as assembleias de companhias abertas possuem um papel provocativo e, nesses momentos, a gestora se posiciona de forma a assumir o papel de "acionista crítico", mesmo em companhias com percentuais de participação não relevantes. Entendemos que a Assembleia é uma esfera oportuna para nos posicionarmos diante do mercado e da companhia sobre os seus deveres e práticas de governança, como exemplificado na manifestação de voto acima.

Somado a isso, participamos como credores de 66 assembleias pela JGP Crédito, sendo os principais temas discutidos relacionados a reestruturação de dívidas, quebra de covenants financeiros, alterações acionárias no grupo econômico, aprovação de contratação ou substituição de prestador de serviço, aprovação de amortização extraordinária ou alteração de garantias.



Princípio 6

Definir critérios de engajamento coletivo

Acreditamos que a indução de empresas para as melhores práticas de ASG, apoiando-as no endereçamento de seus temas mais críticos, é mais produtivo que a simples exclusão dessas empresas das nossas carteiras de investimento.

A Política de Engajamento na Régia foca em temas que são materiais para os emissores, como mudanças climáticas, desmatamento e direitos humanos, alinhando retorno com impacto positivo. Orientamos nossas ações de engajamento nas melhores práticas reunidas no Código Brasileiro de *Stewardship* e nos Princípios de Investimento Responsável do PRI, além das práticas sugeridas pelos compromissos públicos e alianças dos quais a gestora se insere.

O protocolo de engajamento adotado segue duas modalidades:

- **Engajamento Proativo:** Busca de forma proativa identificar os temas materiais ASG e engajar os emissores de forma a se proteger de riscos e gerar valor.
- **Engajamento Responsivo:** Acionado quando uma informação desabonadora é relatada e o time inicia um engajamento

remediativo, podendo levar a exclusão do investimento.

A adoção dos protocolos é realizada contemplando os seguintes elementos decisórios:

- Nível de Active Ownership aplicado ao fundo em que se alocou o ativo;
- Perfil de risco de sustentabilidade do ativo visado;
- Estratégias temáticas de investimento e sensibilização;
- Surgimento de controvérsias no ativo, no setor no qual ele se insere, em geografia relevante para suas operações ou em impacto adverso material em suas matrizes de externalidades.

Estes engajamentos podem ser realizados de forma colaborativa com outros investidores, podendo ser feito por meio de envio de cartas, troca de e-mails, reuniões formais, participação em assembleias, etc.

Caso o engajamento falhe ou não receba resposta satisfatória, a política de escalamento entra em ação.



Política de Escalation:

Caso nossos esforços iniciais de engajamento com a companhia não sejam bem-sucedidos, adotamos um processo estruturado de escalonamento para intensificar nossa abordagem. Esse processo segue as etapas abaixo:

1. Engajamento com Stakeholder de Maior Influência

Se a empresa não demonstrar abertura ao diálogo, buscamos envolver outros stakeholders com maior influência sobre a companhia, como acionistas relevantes, conselheiros ou parceiros estratégicos, para reforçar nossas preocupações e incentivar mudanças.

2. Ajustes na Avaliação ASG

Caso o engajamento continue sem progresso, realizamos ajustes negativos na nota do *framework* ASG, refletindo a deterioração dos aspectos ambientais, sociais e de governança da empresa.

3. Voto contra a Administração

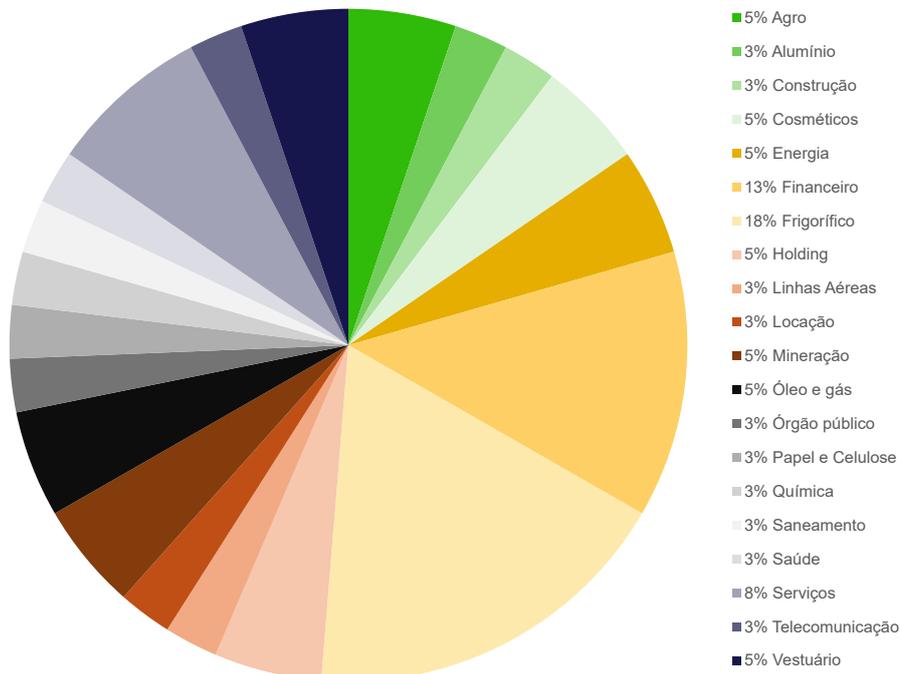
Dependendo da gravidade do caso, podemos exercer nossos direitos como investidores, votando contra a administração da companhia em assembleias de acionistas, principalmente em questões relacionadas à governança e gestão de riscos ASG.

4. Desinvestimento

Se, após todas as tentativas de engajamento, a companhia continuar apresentando conduta controversa e desalinhamento com nossas expectativas ASG, adotamos o desinvestimento como última medida.

Caso o desinvestimento ocorra devido a má conduta ou falta de alinhamento com critérios ASG, tornaremos público o racional por trás da decisão. Isso visa sinalizar ao mercado nossa posição e reforçar a transparência de nossas tomadas de decisão.

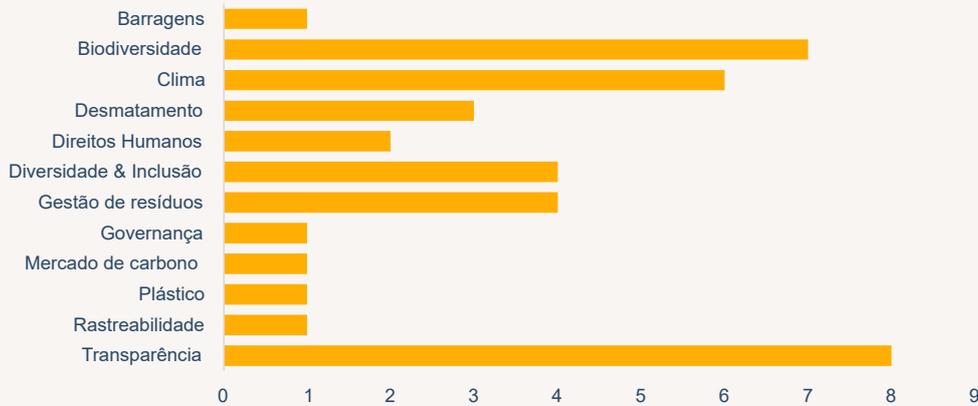
Setores



Fonte: Régia Capital

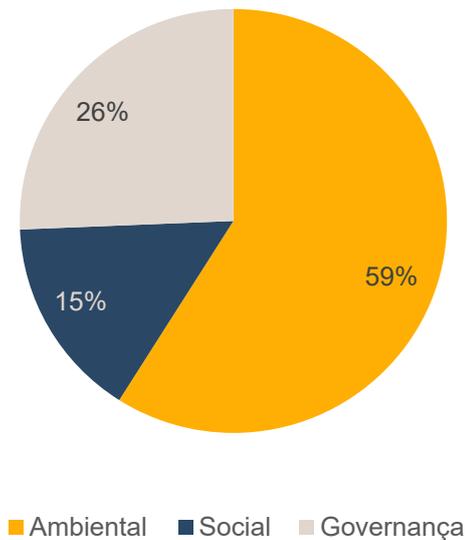


Tópicos

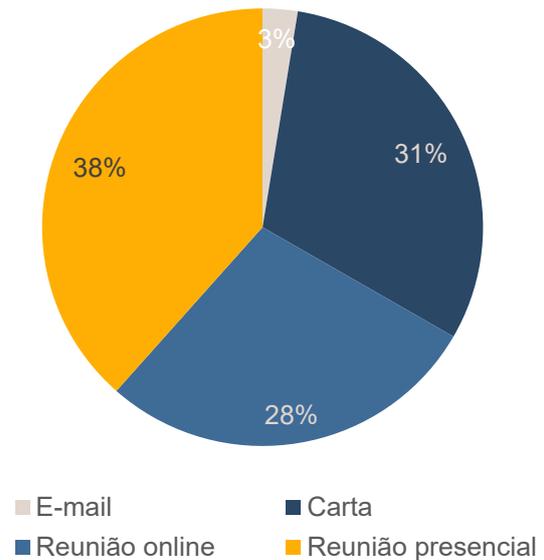


Fonte: Régia Capital

Tema



Formato



Fonte: Régia Capital

Em 2024, tivemos 39 interações coletivas com companhias e órgãos públicos, sendo que 38% dessas trocas ocorrem através de reuniões presenciais, 31% por meio do envio de cartas, 28% por reuniões online e 3% somente via e-mail. Os principais

tópicos discutidos foram relacionados à transparência (21%) e questões relacionadas a promoção da biodiversidade (18%), sendo discussões específicas para discutir o combate ao desmatamento 8% do total das interações colaborativas.



Iniciativas colaborativas



Ingressamos a Régia na FAIRR Initiative em janeiro de 2025, a iniciativa é uma rede colaborativa de investidores que busca conscientizar sobre os riscos e oportunidades materiais no setor global de alimentos.

Uma das frentes de atuação da FAIRR se dá por meio do engajamento colaborativo dos seus membros com companhias, políticos e stakeholders da cadeia alimentar mundial.

Estratégias de engajamento multifacetadas e com múltiplos stakeholders são necessárias para questões complexas que impactam todos os aspectos da vida e da sociedade. O combate ao desmatamento é um exemplo claro disso, exige a colaboração de diversas partes para encontrar soluções que conservem esses recursos de forma sustentável, levando em conta o impacto sobre meios de subsistência e comunidades locais e indígenas.

Uma dessas campanhas é a Waste & Pollution, a qual ingressamos desde a primeira fase como JGP.

Este engajamento se concentra em resíduos e poluição animal, identificados como um dos principais fatores da perda de biodiversidade pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES). Além disso, esses fatores estão fortemente interligados às mudanças climáticas, à escassez hídrica e à qualidade da água. Um dos principais impulsionadores desse problema é o escoamento de nutrientes decorrente do uso de

fertilizantes, incluindo o uso excessivo ou inadequado de esterco como fertilizante em áreas de produção pecuária concentrada.

O composto rico em nutrientes proveniente do esterco animal e de outros resíduos orgânicos é um complemento valioso aos fertilizantes químicos, pois a adição desses materiais orgânicos pode ajudar a aumentar a matéria orgânica do solo, contribuindo para sua saúde e estrutura. No entanto, a intensificação da produção de carne e laticínios, combinada com o manejo inadequado de esterco e resíduos animais, é um dos principais responsáveis pela perda de nutrientes no meio ambiente, um limite planetário que já foi amplamente excedido.

Atualmente na terceira fase do engajamento, em conjunto com mais 80 investidores com ativos sob gestão na ordem de 18,2 trilhões de dólares, continuamos participando especificamente do engajamento com a BRF SA e a JBS S.A.

De modo geral, em relação as companhias engajadas pela campanha, a conscientização sobre o *framework* TNFD está crescendo, mas os prazos de implementação ainda são incertos. As empresas carecem de uma compreensão abrangente dos riscos de poluição da água, tanto no lado upstream quanto downstream. Poucas ações são direcionadas por uma estratégia clara para minimizar os riscos de poluição e a circularidade dos nutrientes está ganhando atenção, mas ainda é vista mais como um custo do que uma oportunidade.



**THE FINANCE
SECTOR
DEFORESTATION
ACTION (FSDA)
INITIATIVE**

Tombamos o Finance Sector Deforestation Action Initiative (FSDA) da JGP para a Régia em fevereiro de 2025, onde nos comprometemos a eliminar o desmatamento e conversão impulsionado por commodities agrícolas e florestais (gado, soja, óleo de palma, celulose e papel) de nossos portfólios de investimento e crédito, buscando reduzir os riscos relacionados ao desmatamento enquanto apoiamos a transição para um setor agrícola sustentável.

Vemos essa iniciativa como uma parte essencial para viabilizar o progresso rumo à limitação do aumento da temperatura global a 1,5°C e para reduzir os riscos sistêmicos gerais dos mercados financeiros associados às mudanças climáticas, à perda de biodiversidade e às preocupações com a segurança alimentar.

Além disso, acreditamos que alcançar o zero desmatamento e conversão em nossos portfólios contribuirá para o cumprimento de nosso dever fiduciário de agir no melhor interesse de longo prazo de nossos investidores, beneficiários e clientes.

Como membros fundadores do FSDA e membros do grupo estratégico da iniciativa, agimos em conjunto com mais outras 30 instituições financeiras, que somam US\$ 8 trilhões sob gestão, para alcançar esse objetivo.

O engajamento com as companhias é parte crucial para apoiar medidas eficazes para eliminar o desmatamento e conversão. Pensando nisso, em adição as expectativas iniciais dos investidores em relação às empresas, o grupo, em parceria com o IIGCC, desenvolveu expectativas específicas para bancos comerciais e de investimento, com recomendações detalhadas para bancos adotarem práticas livres de desmatamento.

O guia detalha um conjunto de cinco principais eixos de engajamento, baseadas nas expectativas dos investidores da FSDA em relação aos bancos:

- Avaliação de risco
- Compromisso e governança
- Expectativas para clientes
- Monitoramento e conformidade
- Divulgação

Essas expectativas são respaldadas por 19 métricas para apoiar o engajamento dos investidores com os bancos sobre desmatamento e pode e deve ser utilizada por organizações que não são membro do FSDA.



Itaú

Setor: Banco comercial

Status JGP: Líder, + 7 investidores apoiadores

Responsividade da companhia: Muito boa

Temas: Desmatamento, Transparência, Direitos Humanos

Contexto:

Nosso engajamento com o Banco Itaú pelo FSDA começou em 2023, onde pudemos discutir sobre os compromissos e procedimentos do banco alinhado com o Código Florestal Brasileiro para impedir o financiamento do desmatamento através de suas operações. Nosso último encontro com a companhia focou nas Expectativas para Bancos Comerciais do FSDA, com o intuito de compartilhar recomendações específicas para um portfólio livre de desmatamento e discutir como o Itaú está se posicionando frente a essas expectativas.

Resultados e próximos passos:

O Itaú possui duas estratégias para prevenir o desmatamento em suas operações, uma por meio do apoio financeiro, com o objetivo de tornar a floresta em pé um ativo valioso, através do desenvolvimento de produtos rotulados, e a outra frente por meio de um processo diligente de avaliação de risco.

Durante a nossa última conversa, apresentamos as recomendações específicas desenhadas pelo FSDA visando que os bancos adotem práticas livres de desmatamento e discutimos como o Itaú está se posicionando frente a essas expectativas.

O Itaú destacou que atualizou seu Relatório Climático, incluindo novos tópicos sobre agricultura, como fatores de emissão para culturas e pecuária, e análise da dependência e impacto na natureza. Além disso, ressaltou os desafios para engajar outros players do setor agrícola na definição de metas ambientais, reforçando que a atuação isolada do banco tem limitações. A instituição também mencionou esforços para conectar sua política de rastreabilidade com as diretrizes governamentais e sua conformidade com o Código Florestal Brasileiro.

Questionamos o banco sobre sua abordagem para avaliação de risco de desmatamento, incluindo visitas in loco a propriedades rurais de alto risco. O Itaú informou que trabalha com terceiros para conduzir essas visitas. Além disso, sugeriu-se que informações sobre essas visitas fossem incluídas no próximo Relatório de Sustentabilidade.

Outros temas abordados incluíram riscos ambientais além do setor agrícola, como mineração e têxteis, bem como a consideração de impactos indiretos na análise de risco do banco. A implementação do TNFD foi discutida, com o Itaú reconhecendo desafios na localização e mapeamento de investimentos. O banco também explicou que utiliza certificações, como RTRS e Bonsucro, no processo de análise de risco, embora não sejam critérios impeditivos para concessão de crédito.

Levantamos preocupações sobre os desafios para alcançar um portfólio de crédito livre de desmatamento, a influência das políticas públicas e o impacto do Regulamento Europeu contra o



Desmatamento (EUDR). O Itaú afirmou que o EUDR pode acelerar a rastreabilidade no Brasil, mas que a maior parte das exportações do agronegócio ainda se concentra nos mercados da China e dos EUA.

Como próximos passos, compartilhamos uma análise e exemplos práticos sobre as iniciativas do banco relacionadas ao tema e vamos continuar acompanhando o progresso do banco.



Também tombamos o **Investor Policy Dialogue on Deforestation (IPDD)** para a Régia em fevereiro de 25. O IPDD é uma iniciativa de engajamento soberano liderada por investidores, que tem como objetivo deter o desmatamento em alguns dos biomas mais biodiversos e que mais absorvem carbono do mundo.

Nesse contexto, participamos do subgrupo Brasil, que busca um diálogo com associações e entidades relacionadas ao governo.

No âmbito do IPDD, em setembro fomos um dos 16 investidores somando US\$ 4,1 trilhão de ativos sob gestão que assinaram

a carta enviada ao governo brasileiro solicitando a **ratificação do Acordo de Escazú**. O Acordo é o primeiro tratado ambiental da América Latina e do Caribe e o primeiro do mundo a conter disposições específicas para a proteção de defensores de direitos humanos ambientais.

O Brasil assinou o Acordo de Escazú em 2018, mas ainda não o ratificou, ou seja, o Congresso Nacional precisa aprová-lo para que tenha validade legal no país. A ratificação demonstraria um compromisso concreto com a proteção ambiental, a democracia e os direitos humanos.



Nos tornamos membros do PRI (Principles for Responsible Investment) também no começo de 2025, seguindo os passos da BB Asset e JGP. Com o apoio das Nações Unidas (ONU), o PRI promove o investimento responsável através de seis Princípios, são eles:

Princípio 1: Incorporaremos os temas ASG às análises de investimento e aos processos de tomada de decisão.

Princípio 2: Seremos pró-ativos e incorporaremos os temas ASG às nossas políticas e práticas de propriedade de ativos.

Princípio 3: Buscaremos sempre fazer com que as entidades nas quais investimos divulguem suas ações relacionadas aos temas ASG.

Princípio 4: Promoveremos a aceitação e implementação dos Princípios dentro do setor do investimento.

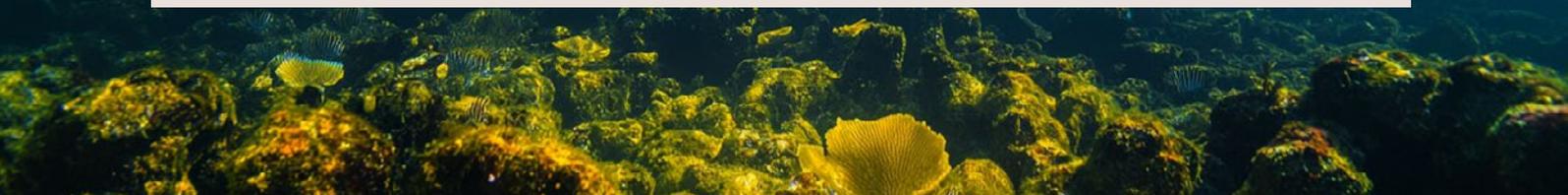
Princípio 5: Trabalharemos unidos para ampliar a eficácia na implementação dos Princípios.

Princípio 6: Cada um de nós divulgará relatórios sobre atividades e progresso da implementação dos Princípios.

Comprometidos com todos os seis, a participação em iniciativas colaborativas de engajamento é incentivada especificamente pelo Princípio 2. O PRI coordena engajamentos coletivos através do CA100+, Advance e Spring, com foco, respectivamente, em clima, direitos humanos e biodiversidade, nos quais também aderimos através da Régia.

Comprometidos com todos os seis, a participação em iniciativas colaborativas de engajamento é incentivada especificamente pelo Princípio 2. O PRI coordena engajamentos coletivos através do CA100+, Advance e Spring, com foco, respectivamente, em clima, direitos humanos e biodiversidade, nos quais também aderimos através da Régia.

A proud participant of:





A proud participant of:



O **Climate Action 100+** é uma iniciativa liderada por investidores para garantir que as maiores empresas emissoras de gases de efeito estufa do mundo tomem medidas adequadas contra as mudanças climáticas, com o objetivo de mitigar riscos financeiros e maximizar o valor de longo prazo dos ativos.

Nos tornamos membros da iniciativa em 2020 e, desde o ingresso na iniciativa, atuamos como investidor contribuinte em três frentes de engajamento com companhias brasileiras, são elas a Vale S.A., Suzano S.A. e Petróleo Brasileiro S.A., sendo o papel do contribuinte de apoiar proativamente os investidores líderes no engajamento.

Na frente do engajamento com a Petrobras, tivemos uma reunião virtual em outubro com a Gerência Executiva de Mudanças Climáticas para discutir sobre como o Novo Planejamento Estratégico da cia dialoga com a descarbonização, alocação de capital e transição justa.

Com o lançamento da Fase 02 do CA100+ e com o amadurecimento da estratégia de engajamento, demos mais um passo e nos tornamos colíderes do engajamento de uma recém adicionada companhia alvo, a JBS S.A.

Com o avanço do engajamento, em novembro conseguimos uma reunião presencial, em São Paulo, para discutir sobre a iniciativa com a alta liderança global de sustentabilidade da JBS. Com o intuito de ser uma reunião introdutória, mas importante para criar um relacionamento com a companhia, pudemos apresentar o grupo de engajamento, tirar dúvidas sobre a iniciativa e nos aprofundar em alguns dos projetos da companhia visando uma produção de gado mais sustentável.

Como próximos passos, esperamos explorar os temas de sustentabilidade com mais profundidade. Nosso foco será na redução das emissões, conservação de ecossistemas e governança climática.



Net Zero Company Benchmark	JBS S.A.	Petrobras S.A.	Suzano S.A.	Vale S.A.
Ambição para zerar emissões até 2050 (ou antes)	Parcialmente, atende alguns critérios	Parcialmente, atende alguns critérios	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios
Metas de redução no longo prazo (2036-2050)	Parcialmente, atende alguns critérios	Parcialmente, atende alguns critérios	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios
Metas de redução no médio prazo (2027-2035)	Parcialmente, atende alguns critérios	Parcialmente, atende alguns critérios	Atende todos os critérios	Parcialmente, atende alguns critérios
Metas de redução no curto prazo (até 2026)	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios	Parcialmente, atende alguns critérios	Parcialmente, atende alguns critérios
Estratégia de descarbonização	Não atende nenhum critério	Não atende nenhum critério	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios
Alocação de capital	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios
Engajamento com políticas climáticas	Não atende nenhum critério			
Governança climática	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios	Parcialmente, atende alguns critérios	Parcialmente, atende alguns critérios
Transição justa	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios	Não atende nenhum critério	Não atende nenhum critério
Reporte climático	Parcialmente, atende alguns critérios	Atende todos os critérios	Atende todos os critérios	Parcialmente, atende alguns critérios
Redução histórica de emissões	Não atende nenhum critério	Parcialmente, atende alguns critérios	Atende todos os critérios	Não atende nenhum critério

Fonte: Climate Action 100+, adaptação Régia.



O **Advance** é uma iniciativa colaborativa liderada pelo PRI, na qual investidores institucionais buscam proteger e aprimorar retornos ajustados ao risco, promovendo avanços em direitos humanos por meio do *stewardship* dos investidores.

Ingressamos na iniciativa em 2023 para participar do grupo focado no engajamento com a Vale e, posteriormente, assumimos a co-liderança desse

engajamento em parceria com o LAPFF (Local Authority Pension Fund Forum). Com o apoio de outros três investidores, realizamos reuniões com a Diretoria de Sustentabilidade da companhia para discutir temas críticos relacionados aos direitos humanos, incluindo o processo de descaracterização das barragens, a segurança das comunidades, o mecanismo do canal de denúncias e governança corporativa.



O **Spring** é uma iniciativa de *stewardship* do PRI voltada para a natureza, que busca abordar os riscos sistêmicos da perda de biodiversidade e proteger os interesses de longo prazo dos investidores. Por meio dessa iniciativa, pretende-se contribuir para a meta global de deter e reverter a perda de biodiversidade até 2030. O Spring visa aprimorar as práticas corporativas, gerando impactos positivos no mundo real, ao mesmo tempo em que protege e fortalece os retornos sobre os investimentos.

Com o lançamento oficial da iniciativa em junho de 2024, passamos a integrar seis

grupos de engajamento, atuando como investidor colaborador em quatro deles e liderando dois.

À medida que o Spring avançou, e após uma análise detalhada da performance das companhias e identificação de lacunas, três desses grupos conseguiram estabelecer contato com suas empresas-alvo ainda em 2024. Essas interações tiveram como foco a apresentação da iniciativa, o esclarecimento de dúvidas e a discussão de temas relevantes, como práticas e projetos voltados à proteção da biodiversidade.



Petchem Investor Letter

Organizado pelo Planet Tracker, assinamos em julho a declaração que solicita às empresas petroquímicas produtoras de polímeros plásticos que tomem ações mais fortes em direção à circularidade dos plásticos.

Ao todo, foram 80 investidores com um combinado de US\$ 3,7 trilhões de ativos sob gestão que assinaram a declaração enviada à 48 companhias petroquímicas, dentre elas a Braskem.

A declaração estabelece as seguintes expectativas para as empresas:

— Divulgar de forma transparente, definir estratégias e estabelecer metas claras para

a transição para a produção de plásticos seguros, ambientalmente responsáveis e sustentáveis;

— Abordar polímeros e produtos químicos de preocupação presentes em seus produtos;

— Desenvolver infraestrutura adequada para a produção de materiais sustentáveis;

— Estabelecer uma governança dedicada ao tema;

— Apoiar publicamente um instrumento jurídico internacional ambicioso para acabar com a poluição plástica.





Mesas Redondas

Para celebrar a nova parceria focada em investimentos sustentáveis que originou a Régia, a BB Asset e a JGP organizaram um engajamento coletivo com as investidas dos fundos IS em agosto de 2024. O evento ocorreu no formato de mesas redondas temáticas, proporcionando um espaço para que representantes de diferentes setores compartilhassem suas experiências e desafios.

Com a participação de 10 companhias de distintos setores, as mesas redondas foram organizadas por temas, com cada dia dedicado a um assunto específico: Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Governança. Cada uma dessas discussões contou com a presença de especialistas renomados, como Ana Siqueira (CFA Society Brazil), especialista em governança corporativa; Marcelo Billi (Anbima), especialista em diversidade; Maria Netto (ICS), especialista em clima; e Paula Peirão (UNEP FI), especialista em biodiversidade.

“A Mesa Redonda de Engajamento possibilitou uma grande troca de conhecimentos e ideias junto a empresas de diversos setores. As

empresas perceberam muitas dores em comum. Além de identificarem soluções que podem ser adaptadas a realidade de cada companhia. Destaco como mensagem principal das três mesas a necessidade de uma governança robusta e que apoie ações relacionadas a pauta de sustentabilidade.”

— Jessica Sardinha, Assessora de Segmento Sustentabilidade Empresarial da BB Asset

“O engajamento feito na Mesa Redonda de Biodiversidade foi um momento de muito aprendizado e troca de experiências, discutindo não somente os desafios de entendimento de riscos de biodiversidade e implementação nas diferentes empresas presentes, como também um momento rico para discutir as grandes oportunidades que existem no Brasil e região para a economia real e como operacionalizar estas oportunidades.”

— Paula Peirão, Coordenadora Regional Associada para América Latina e Caribe da UNEP FI



“Todas as pesquisas que fazemos com empresas e instituições financeiras sobre o grau de maturidade de suas práticas de sustentabilidade e diversidade e inclusão sempre apontam um gap recorrente: a falta de benchmarks. Neste cenário a mesa redonda com empresas investidas promovida pela BB Asset não só colocou uma lupa sobre iniciativas bem sucedidas, desafios e barreiras encontrados pelas companhias, como também promoveu uma troca rica de experiências e perspectivas que é muito importante para disseminação de boas práticas no mercado, preenchendo parte deste gap.”

— Marcelo Billi, Head de Sustentabilidade, Inovação e Educação da Anbima

Esse formato inovador incentivou um diálogo construtivo tanto entre gestores quanto entre as próprias empresas, permitindo que desafios de um setor fossem explorados como potenciais soluções para outro. Após três dias de evento em São Paulo, destacamos as principais conclusões das mesas temáticas.

A **Mesa Redonda sobre Clima** destacou o papel dos ratings ASG sendo considerados cruciais para a captação de recursos e o posicionamento competitivo, apesar da complexidade e diversidade das metodologias de avaliação. As empresas enfrentam desafios na unificação de relatórios, adaptação a mudanças regulatórias e na resposta às crescentes demandas de transparência. Concluiu-se que, apesar dos avanços, é necessário um diálogo mais estruturado com o governo e o setor, além de uma colaboração mais eficaz para enfrentar os desafios do mercado de carbono e riscos climáticos.

A **Mesa Redonda sobre Governança** e Diversidade destacou a necessidade de integrar sustentabilidade, diversidade e governança às estratégias de negócios das empresas, com foco na educação e preparação das equipes, envolvimento da alta liderança e alinhamento entre discurso e prática. As empresas estão enfrentando desafios na implementação dessas práticas, especialmente na inclusão social e na adaptação às novas regulações, mas reconhecem a importância de agir agora para evitar retrocessos. Embora o tema tenha ganhado força durante a pandemia, é crucial manter o foco e evoluir continuamente, com a governança e a transparência sendo pilares centrais para o sucesso do ASG.

A **Mesa Redonda sobre Biodiversidade** abordou temas centrais da COP16, com foco na implementação do Global Biodiversity Framework. Discutiu-se a complexidade do TNFD, especialmente os desafios relacionados à localização dos ativos, e as dificuldades na rastreabilidade das cadeias de fornecedores, que possuem muitos elos e carecem de interlocução entre os diversos atores. A EUDR foi destacada como uma regulação que terá um impacto significativo para algumas companhias brasileiras. Além disso, reforçou-se que, para alcançar o desmatamento zero, os proprietários de terra demandam incentivos para proteger áreas além da reserva legal. O papel do engajamento dos investidores foi enfatizado como um fator determinante para a agenda interna das companhias. Também se debateu a maior complexidade dos créditos de biodiversidade em comparação com os de carbono, tornando a discussão do mercado em geral sobre o tema ainda prematura.



Advocacy

Global Investor Statement to Governments on the Climate Crisis

Uma outra forma de nos posicionar e contribuir para a mudança foi através da assinatura do Global Investor Statement on Climate Crisis, promovido pelo The Investor Agenda.

Apresentado para os governos na COP29, em Baku, no Azerbaijão, a declaração assinada por 651 instituições financeiras com cerca de 34 trilhões de dólares de ativos sob gestão incentiva uma abordagem integrada de governo para alcançar uma economia resiliente ao clima e com emissões líquidas zero até 2050 ou antes. Para atingir esse objetivo, a declaração solicita que os governos implementem políticas em cinco áreas críticas:

- Adoção de políticas públicas abrangentes em toda a economia;
- Implementação de estratégias setoriais, especialmente nos setores de maior emissão;
- Enfrentamento dos desafios relacionados à natureza, à água e à biodiversidade, que contribuem para a crise climática e dela decorrem;
- Obrigatoriedade de divulgações relacionadas ao clima em todo o sistema financeiro; e
- Facilitação de maior investimento privado em atividades de mitigação, resiliência e adaptação climática nos mercados emergentes e em economias em desenvolvimento.





Princípio 7

Dar transparência às suas atividades de *stewardship*

Antecipamos o prazo estabelecido pelo regulamento do Código Brasileiro de *Stewardship* para novos signatários com a publicação deste primeiro relatório de *stewardship* da Régia. Ele reflete nosso compromisso com a iniciativa, consolidando e oferecendo transparência sobre nosso processo de investimento e as atividades realizadas ao longo de 2024. O documento está disponível em nosso site para ampliar a transparência e também será publicado no site do Código Brasileiro de *Stewardship*.

Também estamos comprometidos em divulgar o impacto de nossas atividades de investimento no clima e na biodiversidade. Para isso, publicaremos um relatório integrado seguindo as recomendações da TCFD e da TNFD, consolidando nossa atuação no primeiro ano de operação.

Além dos relatórios, disponibilizamos em nosso site materiais complementares sobre nossa abordagem de investimentos, como o Manual ASG e a Política de Voto, mencionados anteriormente.

Nós valorizamos a transparência no ambiente corporativo e incentivamos as empresas a serem abertas sobre suas atividades e divulgação de informações. Dessa forma, adotamos a mesma postura em nossa atuação no mercado de capitais, assumindo a responsabilidade como gestores de recursos de terceiros.

Ao longo do ano, buscamos compartilhar nossa visão e contribuir para o desenvolvimento do mercado por meio de participações em eventos, seja em conferências presenciais ou webinars, além de entrevistas e artigos em veículos de comunicação.

Nosso time dedica um tempo significativo a essas iniciativas, participando de painéis sobre estratégias de investimento e de eventos globais, como o PRI In Person e a Conferência das Partes (COP). Essa interação nos permite absorver novas ideias, acompanhar tendências e melhores práticas, além de trocar experiências com outros profissionais para discutir desafios e soluções. Além disso, esse engajamento ativo nos possibilita contribuir para discussões relevantes, ajudando a influenciar direções e políticas do mercado.



José Pugas, Head de ASG, no evento SME Finance Forum no painel "Overcoming challenges and supporting SMEs in the Amazon region".



Próximos Passos

Nosso compromisso com um futuro sustentável se baseia no engajamento ativo, na transparência e na responsabilidade no exercício do direito ao voto.

Acreditamos que o diálogo construtivo é uma ferramenta poderosa para impulsionar mudanças positivas na sociedade e no meio ambiente, incentivando práticas empresariais mais responsáveis e resilientes.

Para gerar valor sustentável a longo prazo, é fundamental adotar uma abordagem que considere todos os stakeholders, aliando governança sólida, inclusão social e respeito ao meio ambiente. A atuação proativa junto às empresas contribui diretamente para o fortalecimento das melhores práticas de governança no país, aumentando a resiliência dos negócios diante de possíveis desafios econômicos.

No Brasil, um país de grande diversidade socioeconômica e ambiental, os investidores desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, promovendo igualdade de oportunidades, responsabilidade ambiental e padrões elevados de governança corporativa. Com compromisso e determinação, seguimos avançando nessa trajetória, reforçando nossa adesão ao Código Brasileiro de *Stewardship* e a outras iniciativas que aprimoram nosso processo de investimento e contribuem para um futuro mais sustentável e equitativo.



Régia Capital Ltda.
Rua Humaitá 275, 11º andar
Humaitá, Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22261-005 - Brasil

www.regiacapital.com.br

Canal de ouvidoria

compliance@regiacapital.com.br

Signatory of:

